

ACESSIBILIDADE ESPACIAL EM CAJAZEIRAS/PB: UM AUTO RELATO NA PERSPECTIVA DA ARQUITETURA ESCOLAR

Raquel Eloisa Silva Gonçalves¹; Rômulo Tonyathy da Silva Mangueira²

¹Universidade Federal da Paraíba (UFPB); E-mail: raquel-eloiisa@hotmail.com

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB); E-mail: tonyathy@hotmail.com.br

Resumo: Este artigo discute por meio de um auto relato o avanço na política da acessibilidade à pessoas com deficiência na cidade de Cajazeiras/PB, no qual ocorreu em uma instituição pública de ensino da rede estadual. Pretende-se mostrar que a política de inclusão social está acontecendo e aos poucos vai ganhando visibilidade nos espaços sociais mesmo que discretos. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, centrada em análises bibliográficas e na autodescrição dos fatos. Os resultados obtidos mostraram a evolução da política de inclusão nas escolas por meio da acessibilidade espacial e no quanto o papel do gestor é importante para determinar como ocorrem as mudanças físicas/estruturais de modo a promover as transformações no campo da acessibilidade escolar para alunos com deficiência física.

Palavras-chave: Acessibilidade Espacial; Arquitetura Escolar; Auto Relato; Deficiência Física.

1. INTRODUÇÃO

Pessoas com deficiência geralmente enfrentam inúmeras limitações em suas rotinas diárias de vida. Tais limitações estão diretamente ligadas a problemas de acessibilidade, isto é, às condições que concedam o exercício da autotomia e participação social de cada pessoa dentro de um ambiente. Problemas dessa natureza podem prejudicar ou interferir no seu desenvolvimento e rotina ocupacional, cognição e sistema psicológico, cooperando para a sua exclusão social.

A palavra acessibilidade, historicamente está relacionada à percepção da sociedade em relação as pessoas com deficiência. Sua definição foi ampliando durante o século XX, de modo a envolver novas dimensões, que decorrem das reivindicações e pressões de diversos grupos da sociedade que preocupavam-se com o direito e a garantia da inclusão social, sendo assim de primordial importância também a luta dos deficientes na conquista dos seus direitos, que atualmente estão garantidos em forma de lei.

A legislação atual no século XXI significa, com certeza, uma evolução nas políticas voltadas às pessoas com necessidades educacionais especiais. Refletir no aluno como a origem de um problema, requerendo dele que se adéque à escola, é uma leitura inconcebível na atualidade, conforme apontam STAINBACK & STAINBACK, 1999; SANTOS; PAULINO, 2006; CARVALHO, 2004; dentre outros.

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passou a ser baseado pela LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) Lei nº 4.024/61, que indica o direito dos portadores de necessidades especiais à educação, preferentemente dentro do sistema geral de ensino. Sobre “*A Educação Especial*”, a LDB (1961), cap. V, Art. 59, mostra que:

Os sistemas de ensino asseguraram aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.

Beyer (2006) complementa a LDB ao nos ensinar que não basta o professor, por si só, desenvolver práticas voltadas à inclusão de alunos com necessidades especiais. Se não tiver o acolhimento, bem como a orientação conscienciosa de todos os que estão envolvidos neste processo, as proposições designadas a educação inclusiva não serão realizadas. Tendo em vista que mesmo que o professor desenvolva um exercício de prática inclusiva em sala de aula, onde atenda às necessidades especiais dos alunos, oferecendo um ambiente acolhedor e não excludente, pode-se acontecer desses alunos se depararem, no próprio contexto educacional, com situações constrangedoras, que conseqüentemente irão colaborar para o processo de exclusão.

Acredita-se assim que o papel do professor em uma escola que trabalha numa concepção de Educação Inclusiva é de fundamental relevância, no entanto, não podemos menosprezar a figura do gestor escolar diante deste processo. Até porque, a educação inclusiva traz à necessidade de se prover e prever uma escola que atenda a todos os alunos, sem nenhum tipo de preconceito ou discriminação, tendo acima de tudo o compromisso de toda comunidade escolar estar envolvida, de forma a colaborar com a transformação destes espaços educativos (TEZANI, 2004; SOUSA, 2007).

Tendo em vista a relevância da gestão escolar no processo de construção de escolas inclusivas, este artigo objetivou mostrar por meio de revisão da literatura na área especializada e de auto relato o trabalho de gestores pedagógicos na promoção da acessibilidade para possibilitar que uma aluna com deficiência física fosse inserida de modo satisfatório em sala de aula e fora dela, numa escola estadual da cidade de Cajazeiras PB.

2. METODOLOGIA

No auto relato, o grande objetivo do pesquisador é conhecer o comportamento dos indivíduos e suas relações com o meio, Kohlsdorf & Costa Junior (2009, p. 137) aponta que uma grande dificuldade nas pesquisas dessa natureza são os instrumentos de coleta de dados em que, na maioria das vezes, está carregada de parcialidade.

Infelizmente, a correspondência absoluta entre comportamento real e comportamento relatado não pode ser garantida em todos os casos, mas o uso de metodologias combinadas pode diminuir de forma significativa os vieses do autor relato. A aplicação de mais de um tipo de instrumento (entre escalas, entrevistas, questionários, inventários) confere mais fidedignidade ao autorrelato obtido, ao permitir que várias medidas sejam realizadas a respeito do comportamento em questão. Além disso, a observação sistemática do comportamento é bastante indicada para o estudo da adesão e do enfrentamento, apesar de nem sempre ser possível estabelecer tal condição metodológica. Cabe ressaltar que utilizar a observação pode, por si só, modificar o comportamento do participante, fato que demanda mais cuidados metodológicos.

Diante disso, metodologicamente falando, optamos por combinar a observação participante (autodescrição) do fenômeno estudado com uma análise bibliográfica centrada nos registros fotográficos (que em sua maioria estão arquivados em um acervo pessoal mas que, uma parte dele representado pelas figuras I e II, dispostos nas páginas 05 e 08 respectivamente). Este modelo de conexão *Auto Relato X Pesquisa Bibliográfica* justifica-se pela necessidade de embasamento ao texto, bem como as contribuições para o seu fortalecimento, Boccato (2006, p. 266) esclarece que,

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Esta estrutura de trabalho metodológico oferece condições à novos pesquisadores da temática à ampliarem esta discussão no sentido de desenvolver outros temas ainda pouco explorados, mas que provocam, instigam e refletem um Brasil em construção.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Construção Identitária e Histórica

Eu, Raquel Eloisa Silva Gonçalves, 28 anos, solteira, filha de Maria da Silva Gonçalves e neta de José Bento Alves e Vicência da Silva Alves deixo aqui o meu relato. Que deu-se em 2011 na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Crispim Coelho, localizada no auto sertão da Paraíba na cidade de Cajazeiras. Até então a instituição de ensino funcionava normalmente, com sua estrutura voltada à alunos sem deficiência, ou seja, sem rampas de acesso, com muitas escadas fora e dentro da escola, portão de entrada dos alunos muito pequeno, banheiros sem adaptação para cadeirantes, dentre outros problemas.

Até minha chegada na instituição para concluir o ensino médio, sendo portadora de deficiência física e cadeirante. De imediato os gestores escolares ficaram sem saber o que fazer para me dar a assistência necessária para que eu recebesse o apoio e o amparo da escola frente a minha necessidade especial.

A partir de então, o corpo administrativo iniciou um trabalho de pesquisa analisando quais seriam as minhas necessidades, que de imediato seriam de ordem estrutural, como, por exemplo, rampas de acesso fora e dentro da escola, banheiro adaptado, cadeira acolchoada e carteira de apoio, além de reunião com os professores para que os mesmos lidassem de forma mais voltada as dificuldades físicas e cognitivas no decorrer das aulas.

Em pouco tempo, deu-se início a parte de reforma arquitetônica, e logo várias rampas de acesso foram construídas desde a entrada da escola até o ginásio esportivo, os banheiros logo foram adaptados. No lugar em que eu me sentava uma cadeira acolchoada e carteira de apoio foi providenciada, e todo dia no horário da minha aula um dos porteiros ia colocar já que durante o dia tinham outros alunos nessa sala. Os professores sempre estavam preocupados comigo, se eu estava bem, e os colegas de sala sempre estavam disponíveis a ajudar-me fora e dentro da sala de aula, fazendo atividades como, pegar água, escrever as atividades pra mim no meu caderno, levar-me ao banheiro, pegar lanche na hora da merenda, etc. Minha mãe começou a ir nas aulas comigo para me dar assistência, porém os meus colegas de sala, logo se ofereceram para me ajudar durante as aulas, para minha mãe ficar em casa. Na FIGURA I a seguir, vemos duas imagens, na direita a rampa que dá acesso ao portão principal do colégio, já na esquerda outra rampa localizada na lateral esquerda da instituição que funciona como entrada dos alunos.



FIGURA I: Imagem de outras rampas construídas na escola vizinha a partir de nossa luta pela acessibilidade.

Os gestores vendo o apoio que eu recebia por parte dos colegas, onde cada um queria “cuidar de mim” colaborando em minhas dificuldades, começaram a pensar também numa política chamada de aluno apoiador, onde voluntariamente algum aluno escolhia um outro aluno portador de necessidades especiais para dar suporte e o acompanhar durante as aulas.

Eu ia para a escola num carro cedido pela secretaria de educação, onde todos os dias me levava e buscava para a aula. Logo minha situação se espalhou por toda a cidade, trazendo mobilizações aos gestores escolares de outras instituições para aderirem a mesma política de acessibilidade adotada pela Escola Estadual onde eu estudava e em pouco tempo isso aconteceu e outras escolas que deram início a reformas estruturais de acessibilidade com a criação de rampas de acesso e banheiros adaptados, além de maior ênfase ao portador de deficiência através de congressos, simpósios e reuniões municipais para tratar do tema e ver possibilidades de mudanças positivas para inserção desse público nas escolas.

3. 2 O Caminho Legislativo e a Política de Acessibilidade

São inúmeros pesquisadores que nas últimas décadas ofertaram em seus estudos dedicação voltada a relação dos pressupostos e conceitos acerca da educação inclusiva, dentre eles: Mendes (2006), Carvalho (2004), Cantonilho, (2000) e Lima (2006).

Segundo Mendes (2006), reflete os direitos aclamados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), onde tornaram-se reafirmados em outros documentos como por exemplo a Declaração dos Direitos das Pessoas

Deficientes (1975) a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989), e a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos (1990).

De igual forma, é organizada em 1994 pela UNESCO – Departamento das Necessidades Especiais, a “*Declaração de Salamanca acerca dos Princípios, Políticas e Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais*”, tendo como objetivo maior dissipar as pressuposições da Educação Inclusiva (CARVALHO 2004, MENDES, 2006; RODRIGUES, 2008).

Depois da disseminação das proposições determinadas na Declaração de Salamanca (1994), dentre outros países, cita-se o Brasil, que em consonância com as propostas educacionais inclusivas, inauguraram o desenvolvimento de políticas que cooperaram significativamente com a composição de normas e legislações que proporcionaram a todos os alunos, com ou sem deficiência, o direito de estarem incluídos nos sistemas regulares de ensino, independentemente de suas necessidades especiais.

Faz-se importante destacar também o Art 5º da Constituição, onde possibilitou ao deficiente ter assegurado o tratamento isonômico a partir da efetivação do princípio da igualdade necessitando-se buscar assegurá-lo não apenas formalmente e sim materialmente, haja vista que “*exige-se a igualdade material por meio da lei carecendo tratar-se por igual o que é igual e desigualmente o que é desigual*”. (CATONILHO, 2000 apud FEIJÓ, p.4, grifo nosso). Estritamente no § 2º do art. 227 e no Art. 244, estão as disposições que asseguram o direito a acessibilidade:

Art. 227. [...] § 2º - A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

Art. 244. A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no artigo 227, § 2º.

Por fim, foi com a Lei nº 098/2000 que veio uma transformação substancial em nosso país no que concerne à acessibilidade, já que ofertou “*a plena eficácia aos dispositivos mencionados na Constituição, determinando normas gerais para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências*” (LIMA, 2006, p.3).

Com isso, enxerga-se que o movimento em apoio ao deficiente e promoção de acessibilidade só foi dada devido ao fato da existência desses documentos normativos, com decretos e leis específicos que asseguram o portador de necessidade especial em seus direitos e ainda solicita que os órgãos públicos cumpram esses decretos.

Esse aparato legal determinou progressos em relação a política da acessibilidade, como atendimento prioritário, criação de projetos arquitetônicos e urbanista, aperfeiçoamento de transporte público, e instalação de elevadores em órgãos públicos e privados dentre outros avanços.

3.3 Autoestima e Efetivação da Política de Acessibilidade

Não fui uma criança alfabetizada na escola, minha mãe me alfabetizou aos 4 anos de idade em casa, e só aos 8 entrei na escola. Eu não nasci deficiente física, tive uma vida normal até os 17 anos de idade. Foi exatamente nesta idade no ano de 2007 quando fui diagnosticada com Miastenia Gravis, uma doença rara neuromuscular que ocasiona a fraqueza dos músculos do corpo. Eu estava com uma tetraparesia leve, onde não tinha forças nos braços nem nas pernas, e vi o meu mundo mudar completamente, não apenas ele, mas tudo a minha volta.

Comecei então o meu tratamento médico para ver possibilidades de melhora ou estagnação do quadro da Miastenia. E com isso muitos sonhos que até então eu sonhava vieram a adormecer, e um deles foi a possibilidade de terminar meus estudos. Quando fui diagnosticada com a MG (Miastenia Gravis) estava no segundo ano do ensino regular, e logo após eu ter parado de andar, parei também meus estudos pois iniciou-se uma verdadeira luta em busca de um especialista que me desse esperança de melhora na minha saúde.

Após 4 anos em que eu decidi resistir e reascender meu sonho de terminar o ensino médio. Neste momento, meu tratamento já estava bem encaminhado e já tinha conseguido o neurologista especialista em MG, o qual me trato até hoje. Fiz então minha matrícula na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Crispim Coelho, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Procurei a secretaria de Educação da cidade de Cajazeiras-PB, a qual residia na época, para falar da minha situação e ver a possibilidade de um transporte para me deixar e buscar nos dias de aula. Logo providenciaram, e eu já tinha um empecilho longe do meu caminho. Porém não sabia que a minha entrada na escola fosse causar

uma verdadeira mobilização social e criação de uma política chamada acessibilidade dentro e fora da instituição. Senti também o verdadeiro calor humano de pessoas e colegas de sala, professores e principalmente dos gestores escolares frente ao meu cuidado enquanto aluna dentro daquela instituição escolar.

Fui precursora, me sinto orgulhosa por ter aberto o caminho para a criação de rampas de acessibilidade fora e dentro da escola, por ter banheiros que me coubessem, cadeiras adaptadas para mim, e alunos apoiadores para me dar assistência dentro e fora de sala de aula. Não sabia eu que logo depois outras escolas adotariam essa mesma perspectiva, a de acolher a política de inclusão e acessibilidade. Vi todo um movimento sendo criado para me dar o direito de continuar estudando sem me sentir excluída por ser apenas um pouco “*diferente*” dos meus colegas. Sentia alegria em ir à escola todas as noites, e via no olhar dos gestores a satisfação em me proporcionar o real momento em que eu me senti incluída socialmente. Me sentia cuidada, amada, respeitada e protegida. De forma a ilustrar a fala, temos a FIGURA II, que mostra a entrada que todos passam para ter acesso as salas de aula. Tornou-se entrada principal da escola, tanto de alunos com deficiência, quanto sem deficiência e funcionários.

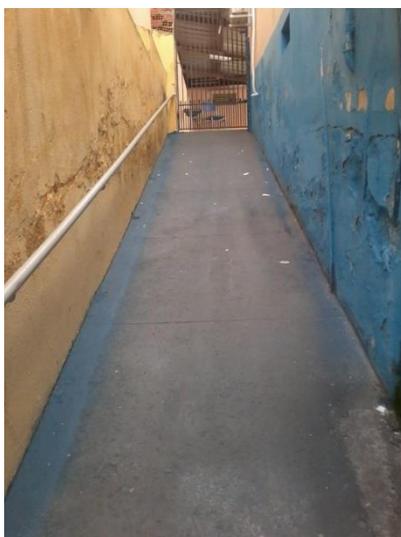


FIGURA II: Imagem de uma rampa construída na escola vizinha a partir de nossa luta pela acessibilidade.

Hoje ao ler e estudar sobre as leis que asseguram a pessoa com deficiência percebo o quão foi grande nossa luta por um lugar que hoje é nosso, o lugar da inclusão, do fazer parte, do estar presente, seja em qual ambiente for. Estar assegurado em forma da lei nos faz estar embasados teórico metodologicamente numa segurança de que o mundo nos cabe e temos os nossos direitos, sejam através de cotas, ou simplesmente numa vaga de carro, ou de fila de um banco, enfim, o que importa é saber que no Brasil a

política de acessibilidade e inclusão social acontece. Eu sou testemunha disso.

Por fim, conclui meu ensino médio e já iniciando novos sonhos para minha vida profissional. Hoje estou com 28 anos e sou formada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba, faço Licenciatura em Psicologia e Pós Graduação em Gestão Estratégica de Pessoas e Coaching, pretendo fazer Mestrado e continuar estudando. Sobre a MG ela me deu uma trégua e estou bem melhor que antes, no entanto ainda continuo com o tratamento.

4. CONCLUSÕES

As limitações e dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência são constantes diante de situações onde sua acessibilidade não seja garantida. Principalmente situações em que prejudiquem ou impeçam sua locomoção ou socialização em qualquer ambiente em que propunha a estar, e na escola não é diferente. Tais limitações causam muitas vezes dependência para as atividades diárias e práticas dos deficientes, prejudicando na maioria das vezes a autoestima, e em diversas vezes o desenvolvimento intelectual, social e cultural dessas pessoas.

Dessa maneira, quando um portador de necessidades especiais tem sua acessibilidade respeitada, isso possibilita a valorização do respeito ao direito de todo cidadão ir e vir além da garantia de sua autonomia, proporcionando aos mesmos uma inserção social de qualidade e sem maiores constrangimentos.

Percebe-se assim que o grande destaque que tem sido dado tanto a acessibilidade quanto ao tema da deficiência é devido ao fato de existir após grandes lutas tanto dos deficientes quanto de poderes governamentais e movimentos sociais, a criação de leis específicas que nos amparam e nos asseguram ao direito de sermos considerados “iguais”. Através de decretos diretivos que oferecem direitos e deveres aos órgãos públicos e conseqüentemente a sociedade de modo geral.

Me pergunto se essas leis não existissem como seria difícil a vida de quem é portador de deficiência, vivendo excluído socialmente dos grupos sociais, e lutando por um lugar ao sol num mundo programado para quem é “normal”. Aplaudo as leis que me protegem e me resguardam, pois foram elas que possibilitaram que os gestores da escola estivessem munidos de força e empoderamento para iniciar a reforma escolar chamada de promoção de acessibilidade e que possibilitou também que eu não enxergasse minha deficiência como algo

limitante ao ponto de me impedir de concluir meu ensino médio e ir mais além, a uma conclusão de um ensino superior.

5. REFERÊNCIAS

BEYE, H. O. Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, C. R. (Org). **Inclusão e Escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006. P. 73-81

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em 24 de maio no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

CANOTILHO, J. J.G. Direito constitucional e teoria da Constituição. 4 ed. Coimbra: Almedina, 2000.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004. p.176.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Linha de ação sobre necessidade educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2018.

KOHLSDORF, M.; COSTA JUNIOR, Á. L da. **O Auto Relato na Pesquisa em Psicologia da Saúde: Desafios metodológicos**. Disponível em: < file:///C:/Users/Romulo/Desktop/pa-2781.pdf>. Acesso em: 03, jun., 2018.

LIMA, L. Apertem os cintos, a direção (as) sumiu! Os desafios da gestão nas escolas. In: FREITAS, Sorais Napoleão, RODRIGUES, David, KREBS, Ruy. **Educação inclusivas e necessidades especiais**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2005, P.85-111.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no **Brasil**. **Revista Brasileira de Educação**. 2006; 11(33): 387-405.

SAGE, D. **Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo**. In STAINBACXK, Susan Bray; STAINBACK, Willian C. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed, 1999. (129-141).

SOUSA, L. P. F. de. **Orquestrar a gestão escolar para respostas educativas na diversidade**. 2007, 113p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Rio de Janeiro.

TEZANI, T. C. R. **Os caminhos para a construção da escola inclusiva: a relação entre a gestão escolar e o processo de inclusão**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.